

ENTRE A NORMA E A PRÁTICA: A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO NO CEARÁ

Wagner Saraiva De Moura ¹
Pedro Bruno Silva Lemos ²
Antônio Roberto Xavier ³

RESUMO

Grande área Cnpq: Ciencias humanas

Apoio Financeiro: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP

Introdução: A inserção de pessoas com deficiência (PCDs) no mercado de trabalho brasileiro constitui um desafio histórico atravessado por avanços legais e persistentes barreiras estruturais. Embora a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91) tenham estabelecido marcos fundamentais para a garantia de direitos laborais, sua efetividade permanece limitada por obstáculos atitudinais, arquitetônicos e comunicacionais. No Ceará, esse cenário revela contrastes acentuados entre a capital e o interior, entre o discurso normativo e a experiência concreta dos trabalhadores com deficiência. **Objetivo:** O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar as condições de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho cearense, com recorte temporal a partir do período pós-Lei de Cotas (1991), investigando perfis sociodemográficos, trajetórias laborais e os principais obstáculos enfrentados no acesso e na permanência no emprego formal. **Metodologia:** Quanto a metodologia, tratou-se de uma exploratória e descritiva, seguindo uma abordagem qualitativa, pautada em análise documental. Utilizou-se a Análise de Conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin (2011), operacionalizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As fontes primárias incluíram leis, decretos, relatórios governamentais, processos judiciais trabalhistas e matérias jornalísticas locais; as fontes secundárias abrangem a produção acadêmica sobre trabalho, deficiência e políticas públicas. Os referenciais teóricos mobilizam contribuições de Goffman (1988) sobre estigmatização, Diniz (2007) acerca do modelo social da deficiência, Sassaki (2006) sobre inclusão, e Paoli (1989) sobre cidadania, articulando-se com as perspectivas interseccionais de gênero, raça e classe. A investigação contemplou também a análise dos desdobramentos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da recente Política Estadual da Pessoa com Deficiência no Ceará (Lei nº 18.944/2024), buscando compreender como esses marcos legais têm ressignificado, ou não, as práticas laborais no contexto cearense. **Resultados e considerações:** Os resultados encontrados evidenciam a distância entre a promessa legal e a realidade vivida, desnaturalizando a exclusão e identificando estratégias de resistência e adaptação desenvolvidas pelas próprias PCDs. Este trabalho contribui para a Diversidade, Inclusão e Transformação Social ao dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas, oferecendo subsídios empíricos para a formulação de políticas públicas mais efetivas e sensíveis às interseccionalidades que atravessam a experiência da deficiência no mundo do trabalho cearense.

Palavras-chave: pessoas com deficiência; mercado de trabalho; Ceará; inclusão laboral.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades, Discente, wsaraiva31@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, TAE, pedrolems@unilab.edu.br²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Docente, roberto@unilab.edu.br³